

Tiago Rodrigues
O teatro de que
a censura nos
privou

Josef Albers
Os anos
americanos de
um pintor maior

Wang Shu

Um arquitecto
em contramão
na China dos
arranha-céus

Convidado Paulo Martins Barata

O Parque dos Arquitectos

A internacionalização pode ser um caminho – mas é preciso construí-la à margem da falaciosa propaganda de uma arquitectura “de sucesso” que circula em Portugal há vários anos

Recebi, sem surpresa, o enésimo abaixo-assinado de arquitectos. Desta feita, uma missiva de apoio à Parque Escolar, o último suspiro keynesiano do Governo Sócrates, mas nem por isso menos ruinoso e absurdo. Para os ateliês signatários desta missiva e nalguns casos contratados de forma inteiramente discricionária (admitindo que não correspondeu a um qualquer racional de distribuição entre filiações partidárias e grupos de interesse), a dita Parque Escolar foi não apenas a “Festa” das ministras Rodrigues e Alçada, mas também o fim da “Festa” da arquitectura portuguesa nos moldes em que a conhecemos até aqui: a obra a qualquer preço, sempre legitimada em nome da imensa bondade socialista desse saco sem fundo que era o “bom” investimento público; porta-estandarte de uma modernidade e de uma competitividade que afinal nunca chegaram.

Com este fim de festa em pano de fundo, vale a pena fazer um balanço do que somos e podemos vir a ser como arquitectos portugueses, num país que tem hoje cerca de 23 mil diplomados e mais de 20 cursos de arquitectura. Esta loucura, esta aberração, que durante duas décadas contou com a irresponsabilidade e a conivência de todos – Ministério, Ordem, universidades privadas e públicas, docentes e até pais e estudantes – tem obviamente os dias contados. Agora, há que ter a coragem de assumir as consequências e rapidamente sanear esta disfunção. Provavelmente, quatro ou cinco escolas de arquitectura (à semelhança, por exemplo, da Suíça, que tem menos habitantes e uma economia pujante) serão mais do que suficientes para fornecer serviços de projecto a uma das mais baixas demografias do mundo.

Considerando os desenvolvimentos da economia internacional, e admitindo que não haja surpresas na Zona Euro, há razões para termos moderada esperança na economia portuguesa a partir de 2014 ou

2015. Porém, e mesmo que melhore noutras áreas, dificilmente haverá procura para este arsenal de profissionais do projecto e da construção civil – leia-se, arquitectos, engenheiros, urbanistas, construtoras, mediadores e promotores. Obviamente, há já uma nova panaceia, uma “Nova Oportunidade”, chamada “reabilitação urbana” que milagrosamente vai salvar todo este universo profissional. Realisticamente, alguém acredita que haverá trabalho para os tais 23 mil arquitectos no mercado português da reabilitação urbana?

Para muitos, há duas hipóteses com vantagens evidentes: individualmente, existe a emigração; empresarial ou colectivamente, existe a internacionalização. Para a primeira, a mais simples, tendo a idade e a disponibilidade, basta aventurar-se e escolher com prudência o destino. Pessoalmente, evitaria os chamados “destinos naturais portugueses”, i.e. Angola, Moçambique e Brasil, a favor de países mais estimulantes e mais próximos da exigência de qualidade para a qual estão vocacionados os nossos arquitectos, i.e. Singapura, Suíça, Noruega, Qatar. Para a segunda, mais difícil, exigem-se escala, visão estratégica e capacidade financeira. Sobre o problema da escala, sempre defendi que os arquitectos deviam organizar-se em estruturas cooperativas e tendencialmente corporativas, contrariamente à lógica autoral sobre a qual assenta o paradigma do milagre do “grande arquitecto português”. É certo que os dois prémios Pritzker e a Medalha Alvar Aalto dadas a portugueses, são, cultural e socialmente, uma demonstração de talento que nos deve orgulhar imenso. Mas isso, em si mesmo, não chega. Fica circunscrito ao imenso mérito individual dos seus autores, e acaba por não ser particularmente relevante para a dinâmica da cultura arquitectónica como um todo.

Os meus colegas e amigos britânicos Sergison Bates



À excepção de Álvaro Siza Vieira, o mercado internacional não identifica na arquitectura portuguesa uma singularidade que justifique pagar o preço de um Herzog, de uma Zaha Hadid ou de um Jean Nouvel

anunciaram recentemente a abertura de um ateliê em Zurique, na sequência de vários projectos em construção na região. São uma pequena empresa inglesa – têm cerca de 15 pessoas em Londres – que há dez anos começou a fazer concursos para a Suíça e tem hoje trabalho suficiente para abrir uma sucursal no Olimpo da arquitectura. Não são uma dessas míticas corporações com 300 colaboradores espalhados pelos cinco continentes; são um modesto e talentoso ateliê de quatro sócios que se organizou cooperativamente com imensa qualidade. Algo aparentemente simples, mas que até agora nenhum dos nossos ateliês portugueses soube (ou quis) fazer.

Curiosamente, aquele espírito cooperativista dos anos 60 (por exemplo do ateliê Teotónio Pereira/Nuno Portas na Rua da Alegria) estaria hoje mais bem preparado para lidar com as adversidades da internacionalização do que o actual culto da personalidade. A verdade nua e crua, e por mais laudatórias que o PÚBLICO lhe faça, é que o mercado internacional – que curiosamente compra serviços de engenharia portuguesa – não está interessado (de forma sistemática e recorrente) em comprar a “arquitectura portuguesa”. Não é uma opinião; é um facto comprovado pela ausência de projectos e obra ao longo de anos, e que contradiz em absoluto a falaciosa propaganda de uma arquitectura “de sucesso” que circula em Portugal há vários anos através de um sistema de auto-promoção interna. Tão absurdo que por vezes se chega a servir de eventos internacionais para se promover internamente, num autismo inexplicável.

O diagnóstico é complexo e até contraditório. Primeiro porque, à excepção do Siza, o mercado internacional não identifica uma singularidade que justifique pagar o prémio de um Herzog, de uma Hadid ou de um Nouvel. Depois, e muito basicamente, porque os portugueses não comunicam em

A lógica autoral sobre a qual assenta o milagre do “grande arquitecto português” [não favorece] a cultura arquitectónica como um todo

inglês, nem trabalham com os modelos e códigos internacionais do mercado de projecto. Tudo isto coadjuvado pela postura *blasée* do “quero lá saber” ou “não estou interessado...”. Finalmente, e talvez a principal razão, porque a internacionalização exige um enorme esforço pessoal, familiar e financeiro, mais facilmente suportável por organizações estruturadas em *partnerships* – tendo porém o óbice de diluir o sacrossanto e milagreiro princípio da autoria.

A Arábia Saudita comprometeu-se a construir, nos próximos cinco anos, 1,6 milhões de fogos com o correspondente número de hospitais, escolas, escritórios, museus, universidades, *shoppings*, aeroportos, etc. Os sauditas não têm nem o *know-how* nem as equipas para responder a esse desafio. Projectistas de todo o mundo estão já em campo a oferecer os seus serviços. Portugal, que tem esse conhecimento e essa capacidade – os tais 23 mil arquitectos e outros tantos engenheiros – permanece imóvel. Mas para concretizar esse objectivo seria necessário agregar espírito de equipa, sagacidade, financiamento, diplomacia e capacidade de comunicação. *Anyone up for the job?*

Paulo Martins Barata é arquitecto em Doha e Lisboa